



REGUENGOS  
DE MONSARAZ  
CAPITAL DOS VINHOS DE PORTUGAL

# MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA ELÉTRICA DE MERCADORIAS

CADERNO DE ENCARGOS

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES GERAIS	3
OBJETO	3
CONTRATO	3
PRAZO	3
OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR	4
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO FORNECIMENTO	4
FORNECIMENTO OBJETO DO CONTRATO	4
INSPEÇÃO E TESTES	5
OBJETO DO DEVER DE SIGILO	5
PREÇO CONTRATUAL	6
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	6
PENALIDADES CONTRATUAIS	7
FORÇA MAIOR	7
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	8
RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR	9
CAUÇÃO	9
SEGUROS	9
FORO COMPETENTE	10
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	10
CONTAGEM DOS PRAZOS	11
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11



**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS  
CADERNO DE ENCARGOS**

**Capítulo I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

**Objeto**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de uma Viatura Elétrica de Mercadorias:

Características	Quantidade
Viatura Elétrica de mercadorias: Furgoneta elétrica com um volume de carga de 4m <sup>3</sup> até 650Kg na versão de dois lugares, com uma potência igual ou superior a 40Kw e uma autonomia de utilização superior a 200Km	1

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Contrato**

O contrato será redigido a escrito, em conformidade com o disposto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação do Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Prazo**

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão do fornecimento ao contraente público em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.



**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS**

**Capítulo II**

**Obrigações contratuais**

**Secção I**

**Obrigações do fornecedor**

**Subsecção I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Obrigações do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o fornecedor a obrigação do fornecimento identificado na sua proposta.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Conformidade e operacionalidade do fornecimento**

- 1 – O fornecedor obriga-se a fornecer ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2 – O fornecimento objeto do contrato deve ser feito em perfeitas condições para ser utilizado para os fins a que se destina.
- 3 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos ao fornecimento e das garantias a ele relativas, no que respeita à conformidade do fornecimento.
- 4 – O fornecedor é responsável perante o Município de Reguengos de Monsaraz por qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**

**Fornecimento objeto do contrato**

- 1 – O equipamento deverá ser fornecido num prazo máximo de 20 dias após a data de assinatura do Contrato Escrito.
- 2 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com o objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS  
utilização ou funcionamento daqueles.

#### Cláusula 7.<sup>a</sup>

##### Inspeção e testes

- 1 – Efetuado o fornecimento objeto do contrato, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 2 dias, à inspeção qualitativa do mesmo, com vista a verificar se o mesmo corresponde ao estabelecido e se reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 – A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre todo o fornecimento constante do pedido.

#### Subsecção II

##### Dever de sigilo

#### Cláusula 8.<sup>a</sup>

##### Objecto do dever de sigilo

- 1 – O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Reguengos de Monsaraz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS  
Secção II

Obrigações do Município de Reguengos de Monsaraz

Cláusula 9.<sup>a</sup>

Preço contratual

- 1 — Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Reguengos de Monsaraz deve pagar ao fornecedor o valor máximo de **23.781,75 €** (vinte e três mil setecentos e oitenta e um euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido.
- 2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público nomeadamente os relativos à execução do objeto do contrato.

Cláusula 10.<sup>a</sup>

Condições de pagamento

- 1 — As quantias devidas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo a fixar pelo fornecedor na sua proposta após a receção pelo Município de Reguengos de Monsaraz das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão do fornecimento objeto do contrato.
- 3 — Em caso de discordância por parte do Município de Reguengos de Monsaraz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.



DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.<sup>a</sup>

Penalidades contratuais

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas e prazos da conclusão do serviço objeto do contrato, até 10% do valor do serviço em causa.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor da adjudicação.
- 3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Reguengos de Monsaraz tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
- 5 – O Município de Reguengos de Monsaraz pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Reguengos de Monsaraz exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.<sup>a</sup>

Força maior

- 1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior,

**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS**

designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.ª**

**Resolução por parte do contraente público**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Reguengos de Monsaraz pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na execução do fornecimento objeto do contrato.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração



**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**  
**SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS**  
enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Reguengos de Monsaraz.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do fornecedor**

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros;
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
- 3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Reguengos de Monsaraz, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Capítulo IV**

##### **Caução e seguros**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

- 1 - Não é exigida caução de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

- 1 – É da responsabilidade do fornecedor a contratação dos seguros que forem exigíveis nos termos da lei.
- 2 – A Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no



DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS  
número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 5 dias.

## Capítulo V Resolução de litígios

### Cláusula 17.<sup>a</sup>

#### Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

## Capítulo VI Disposições finais

### Cláusula 18.<sup>a</sup>

#### Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. (OU, em alternativa, indicar as entidades para as quais a cessão da posição contratual de alguma das partes ou a respetiva subcontratação seja autorizada no Contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 318.º do CCP).

### Cláusula 19.<sup>a</sup>

#### Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA DE OBRAS E PROJETOS**

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

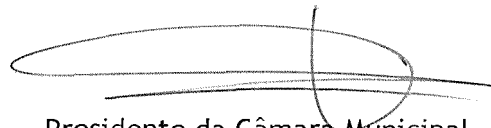
**Cláusula 21.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Reguengos de Monsaraz, 17 de novembro de 2017

José Gabriel Calixto



Presidente da Câmara Municipal